

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 15 DE 07 DE ABRIL DE 2025.

OBJETO: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: CLAUDINEI VICENTE DA SILVEIRA

PARECER

O projeto visa atualizar a legislação municipal referente aos direitos da criança e do adolescente, atendendo a demandas de conselheiros tutelares, CMDCA e lideranças sociais. Propõe alinhamento com as normas federais e estaduais, como o ECA, a Lei da Escuta Especializada e a Lei Henry Borel.

Dentre os principais pontos:

- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá composição paritária (5 membros da sociedade civil e 5 do poder público), sem remuneração, mas com previsão de reembolso para despesas.
- Os representantes do governo deverão ter vínculo com políticas infantojuvenis.
- A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação fornecerá os recursos necessários para o funcionamento do conselho.

Aspectos legais e técnicos:

- A matéria é de competência municipal, conforme a Constituição Federal, Constituição do Estado de Minas Gerais e Lei Orgânica Municipal.
- O projeto está em conformidade com o ECA (Lei Federal nº 8.069/90) e demais legislações federais pertinentes.
- O processo de escolha dos conselheiros tutelares segue regras do ECA, com eleição a cada quatro anos, em data nacional unificada.

Técnica legislativa:

Foram apontadas correções de forma:

- Ajustes na formatação de artigos (uso indevido de caixa alta, falta de negrito, erro de digitação).
- Correções na numeração de parágrafos e espaçamento entre dispositivos.

Emendas apresentadas:

- **Emenda nº 01:** Exige exame psicotécnico para candidatos ao Conselho Tutelar e detalha critérios para avaliação psicológica.
- **Emenda nº 02:** Organiza as etapas do processo seletivo (prova de avaliação, avaliação psicológica e eleição).
- **Emenda nº 03:** Redefine a forma e regras da eleição dos conselheiros tutelares.

Conclusão:

O projeto é considerado constitucional, legal e juridicamente adequado, estando em harmonia com a legislação vigente. O mérito do projeto e das emendas serão apreciados pelo plenário da Câmara Municipal.

Carmópolis de Minas, 17 de julho de 2025.

Ver. Marcelo de Freitas dos Reis
Presidente

Claudinei Vicente da Silveira
Relator

Ver. Gilberto Arnaldo de Freitas
Secretário

ATA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Aos dezoito dias do mês de julho de 2025, às 15 horas, na sala de sessões das Comissões da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, reuniu-se a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sob a presidência da vereadora Tírzah Teixeira de Freitas. Foram designados como relator o vereador Sérgio Damião Moraes e como secretário o vereador Gustavo Henrique Oliveira.

A pauta da reunião consistiu na análise das seguintes matérias legislativas:

- **Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 15, de 07 de abril de 2025**, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, juntamente com suas emendas nº 01, 02 e 03;
- **Projeto de Lei nº 21, de 29 de abril de 2025**, que estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Carmópolis de Minas para o exercício de 2026, acompanhado da emenda nº 01.

A **Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Direitos Humanos** também se manifestou conjuntamente quanto ao Projeto de Lei nº 15/2025. Essa comissão é presidida pelo vereador João Vitor Leite Rabelo, tendo como relator o vereador Gilberto Arnaldo de Freitas e como membro o vereador Rafael Batista dos Reis.

Após a leitura dos pareceres, todas as matérias, incluindo as respectivas emendas, receberam parecer favorável quanto ao mérito. *(Aqui deve ser inserido o resultado das votações, por exemplo: " /desfavorável.*

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Ver. Sérgio Damião Moraes
Relator CFOTC

Ver. Gilberto Arnaldo de Freitas
Relator CECEDH

Ver^a. Tírzah Teixeira de Freitas
Presidente Relator CFOTC

Ver. João Vitor Leite Rabelo
Presidente CECEDH

Ver. Gustavo Henrique Oliveira
Secretário CFOTC

Ver. Rafael Batista dos Reis
Secretário CECEDH

